



GEDES

Grupo de Estudos de Defesa e
Segurança Internacional

OBSERVATÓRIO SUL-AMERICANO DE DEFESA E FORÇAS ARMADAS

INFORME BRASIL Nº40/2025

Período: 01/11/2025 a 07/11/2025

GEDES – UNESP/UNIFESP/UFRRJ

- 1- Especialistas avaliam possibilidade de aplicação da Garantia de Lei e da Ordem na crise da segurança pública na cidade do Rio de Janeiro
- 2- Ministro do Superior Tribunal Militar criticou posicionamento da presidente da instituição em evento em memória às vítimas da ditadura
- 3- Exército decidiu por dar férias ao tenente-coronel Mauro Cid, que começará a cumprir pena por participação na trama golpista
- 4- Governador de Minas Gerais defendeu o uso das Forças Armadas contra facções

1- Especialistas avaliam possibilidade de aplicação da Garantia de Lei e da Ordem na crise da segurança pública na cidade do Rio de Janeiro

De acordo com o periódico *Correio Braziliense*, o uso das Forças Armadas por meio da decretação da Garantia da Lei e da Ordem (GLO) pelo governo federal voltou às discussões públicas após a megaoperação realizada pela polícia do Rio de Janeiro, a qual ocasionou 121 mortes nas comunidades da Penha e do Alemão. Considerada uma solução imediata à violência urbana, a GLO é autorizada exclusivamente pelo chefe do Executivo ou a pedido dos poderes constitucionais. Em 2018, foi decretada pelo então presidente Michel Temer (2016-2018) durante a greve dos caminhoneiros e, no início deste ano, pelo atual governo para as cúpulas dos Brics e do G20. Segundo a análise de especialistas consultados pelo jornal, a medida é ineficiente e pode prolongar um modelo de segurança pública militarizado e letal. Os especialistas criticaram também a possibilidade de intervenção federal, sugerida ao governo liderado por Luiz Inácio Lula da Silva (2023-2026). Para o advogado constitucionalista Beethoven Andrade, o histórico de emprego das GLOs indica a sua ineficácia e a intensificação da violência. Além disso, possui limitações quanto à natureza e duração, visto que deve ser uma medida de exceção, restrita a uma área previamente determinada e por um tempo definido. Assim, seus impactos são pontuais e temporários. Ainda, segundo a avaliação do advogado, o reconhecimento da falência dos órgãos de segurança pública, uma das condições para a decretação da medida, gera efeitos negativos ao Estado em razão do desvio constitucional de função das Forças Armadas e da naturalização da medida de exceção, o que enfatiza a tutela militar sobre a sociedade civil e a permanência da violência estrutural e do Estado Penal. Por fim, Andrade sugeriu que as soluções para a questão da violência urbana “devem concentrar-se em

reformas estruturais; a eventual desmilitarização das forças policiais; ações de inteligência contínuas e eficazes para descapitalizar as facções; e a promoção de investimentos em políticas sociais e de direitos humanos”. Já para Fagner Dias, especialista em segurança pública e professor da Ibmec, a GLO pode ser essencial em casos de retomada do controle pelo Estado de áreas dominadas pelas facções criminosas; porém, se as autoridades não agirem logo após a ação, a partir da presença institucional, políticas públicas e programas sociais, a GLO tem impactos restritos e provisórios. Na avaliação de Alex Valadares, advogado constitucionalista, o crime organizado não fornece apenas droga, mas também explora o fornecimento de gás, transporte e outros serviços em sua zona de influência. (Correio Braziliense - Política - 01/11/25)

2- Ministro do Superior Tribunal Militar criticou posicionamento da presidente da instituição em evento em memória às vítimas da ditadura

Conforme os periódicos *Folha de S. Paulo* e *O Estado de S. Paulo* o ministro do Superior Tribunal Militar (STM), Carlos Augusto Amaral Oliveira, criticou o posicionamento da ministra Maria Elisabeth Rocha, presidente do Tribunal, em evento na Catedral da Sé em memória ao jornalista Vladimir Herzog, assassinado pela ditadura militar no dia 25 de outubro de 1975. Na ocasião, Maria Elisabeth iniciou seu discurso pedindo perdão em nome da Justiça Militar da União a todos que sofreram ao lutar pela liberdade no Brasil. Naquele momento, todo o público se levantou para aplaudi-la, inclusive o ex-ministro José Dirceu, que foi alvo da repressão durante a ditadura. A presidente continuou sua declaração pedindo perdão pelos “erros e omissões judiciais cometidos pela ditadura”, citando inclusive algumas vítimas de torturas e assassinatos, os quais incluem Herzog, Miriam Leitão, Rubens Paiva, entre outros. Por fim, finalizou o pronunciamento pedindo perdão à história e à sociedade brasileira pelos erros cometidos pela instituição a favor do regime autoritário. Segundo os jornais, a fala de Elizabeth gerou repercussões negativas dentro do tribunal, a exemplo das críticas realizadas pelo ministro Oliveira, militar da Aeronáutica. Na sessão do tribunal no dia 30/10/2025, o ministro fez um pronunciamento em oposição ao discurso da ministra destacando o incômodo por ela ter se manifestado como representante da Justiça Militar, imprimindo a ideia de que suas afirmações possuem consenso dentro do tribunal. Ambos os jornais deram destaque à fala do ministro que sugeriu que Maria Elisabeth estudasse mais sobre a ditadura antes de se pronunciar em nome do tribunal. O Estadão informou que uma das primeiras medidas de Rocha na presidência da corte foi solicitar a transcrição dos áudios das sessões secretas dos presos políticos na ditadura. Os jornais destacaram que Maria Elisabeth Rocha foi a primeira mulher eleita presidente do Supremo Tribunal Militar em mais de 200 anos de história, em uma disputa muito acirrada e com uma parte disposta a impedi-la de ocupar o cargo. (Folha de S. Paulo - Política - 01/11/25; O Estado de S. Paulo – Política – 02/11/25)

3- Exército decidiu por dar férias ao tenente-coronel Mauro Cid, que começará a cumprir pena por participação na trama golpista

De acordo com o periódico *Folha de S. Paulo*, o Exército decidiu que o tenente-coronel Mauro Cid precisará tirar dois meses de férias, que corresponde ao período de folgas não tiradas durante seu trabalho como ajudante de ordens do

ex-presidente Jair Messias Bolsonaro (2019-2022). Isso porque estaria previsto para o dia 04/11/2025 o retorno do militar ao serviço, data que coincide com o início do cumprimento da condenação pela trama golpista e, a fim de evitar constrangimentos, optou-se por tal decisão. Segundo a *Folha*, espera-se que o comandante da Força, general Tomás Miguel Ribeiro Paiva, conceda a Cid, até janeiro de 2026, o direito de ir para a reserva. Segundo a avaliação de militares do Exército consultados pelo jornal, não existe clima para o retorno de Cid ao trabalho e esta é uma das causas pelas quais o pedido de aposentadoria antecipada é considerado positivo pelo quartel general de Brasília. No dia 30/10/2025, o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes, designou o início do cumprimento da pena de dois anos por participação na trama golpista. A respeito do futuro, como o jornal mostrou, Cid espera pela aprovação do Exército em relação à reserva e após cumprir sua pena considera mudar-se para os Estados Unidos, além de se qualificar para dar aulas e prestar consultorias sobre as Forças Armadas. (Folha de S. Paulo - Política - 01/11/25)

4- Governador de Minas Gerais defendeu o uso das Forças Armadas contra facções

Em coluna de opinião publicada no periódico *Folha de S. Paulo*, o governador do estado de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), enalteceu a Operação Contenção, que mobilizou em 28/10/2025 forças policiais do estado do Rio de Janeiro contra o Comando Vermelho. Segundo ele, as facções não são meras organizações criminosas, pois possuem aparato militar, hierarquia e uma ideologia própria, a "cultura faccionada". De acordo com o governador, o Partido dos Trabalhadores (PT), por "convicções ideológicas", se recusa a classificar as facções como organizações terroristas, preferindo conviver com o crime a exterminá-lo. Zema argumentou que o primeiro passo para enfrentar as facções seria classificá-las como terroristas, possibilitando o envolvimento das Forças Armadas em seu combate e a decretação de uma medida de Garantia da Lei e da Ordem (GLO). Segundo Zema, para isso, seria necessário remover a esquerda do governo. (Folha de S. Paulo - Opinião - 03/11/25)

SITES DE REFERÊNCIA

Correio Braziliense – www.correioweb.com.br

Folha de S. Paulo – www.folhaonline.com.br

O Estado de S. Paulo – www.estadao.com.br

*Informamos que o conteúdo na íntegra dos jornais Correio Braziliense, Folha de S. Paulo e O Estado de S. Paulo não são disponíveis gratuitamente na versão online. No entanto, aqueles que tiverem interesse em receber as notícias destes jornais utilizadas na produção do Informe Brasil, podem solicitá-las a gedes@franca.unesp.br

Equipe

Coordenação

Héctor Luis Saint-Pierre (IPPRI/UNESP)

Juliana de Paula Bigatão (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Marina Gisela Vitelli (UFRRJ)

Ismara Izepe de Souza (UNIFESP/Eppen-Osasco)

Supervisão

Isabelle Costa

Equipe redação

Camila Mika Ozassa Sawada

Éryka Sammara Carnieletto Bento

Iaritsa Jade Lima Freitas

Isadora Helena Caleguer Figueiredo

Julia Helena Esmeraldo (Bolsista PIBEX)

Lucas Biagini Muniz e Borges

Manuela Zelira de Menezes Torres

Maria Luiza de Barros Costacurta

Maria Luiza Garcia Rabelo

Mariana Sala